

“Não encontrei nada na Lei Básica que permita discriminar juízes pela sua nacionalidade”

A Lei de Bases da Organização Judiciária foi ontem aprovada na generalidade pelos deputados, mas não sem antes terem sido levantadas dúvidas sobre a confiança depositada pelo Governo nos juízes estrangeiros. Sónia Chan afirmou ter “toda a confiança” nos magistrados não-chineses mas explicou que a condição da nacionalidade chinesa para julgar crimes relacionados com a defesa do Estado se prende com a segurança interna e externa.

CATARINA VILA NOVA
CATARINAVILANOVA.PONTOFINAL@GMAIL.COM

A condição da nacionalidade chinesa para os juízes julgarem casos relacionados com a Lei Relativa à Defesa da Segurança do Estado – prevista na revisão da Lei de Bases da Organização Judiciária (LBOJ), ontem aprovada na generalidade pelos deputados – foi justificada por Sónia Chan tendo em conta “os interesses nucleares do Estado”. O requisito suscitou dúvidas por parte



EDUARDO MARTINS

de alguns deputados de que o Governo estaria desconfiado da capacidade dos magistrados estrangeiros, enquanto outros afirmaram concordar com a disposição, rejeitando o argumento dos seus colegas. A secretária para a Administração e Justiça recusou a ideia da falta de confiança nos juízes não-chineses e assegurou que não estava em causa a independência dos tribunais. Segundo a proposta de revisão da LBOJ, apenas “juízes de nomeação definitiva e que sejam cidadãos chineses” podem ser responsáveis pelo julgamento dos processos relacionados com a Lei Relativa à Defesa da Segurança do Estado. Con-

dição esta justificada por Sónia Chan “para salvaguardar os interesses do Estado”. “Estes casos têm a ver com interesses nucleares, com a integridade do Estado e com a segurança interna e externa”, argumentou a governante, afirmando depositar “toda a confiança” nos magistrados estrangeiros. “Depositamos toda a nossa confiança, mas devido a uma ponderação dos interesses do Estado esperamos que esses casos sejam julgados por juízes de nacionalidade chinesa. Não temos nenhuma dúvida em relação à competência desses juízes e isto não têm a ver com a independência judicial”, reiterou a secretária.

“NÃO ACREDITO QUE HAJA DISCRIMINAÇÃO PORQUE OS JUÍZES PORTUGUESES JÁ ESTÃO EM MACAU HÁ MUITO TEMPO”

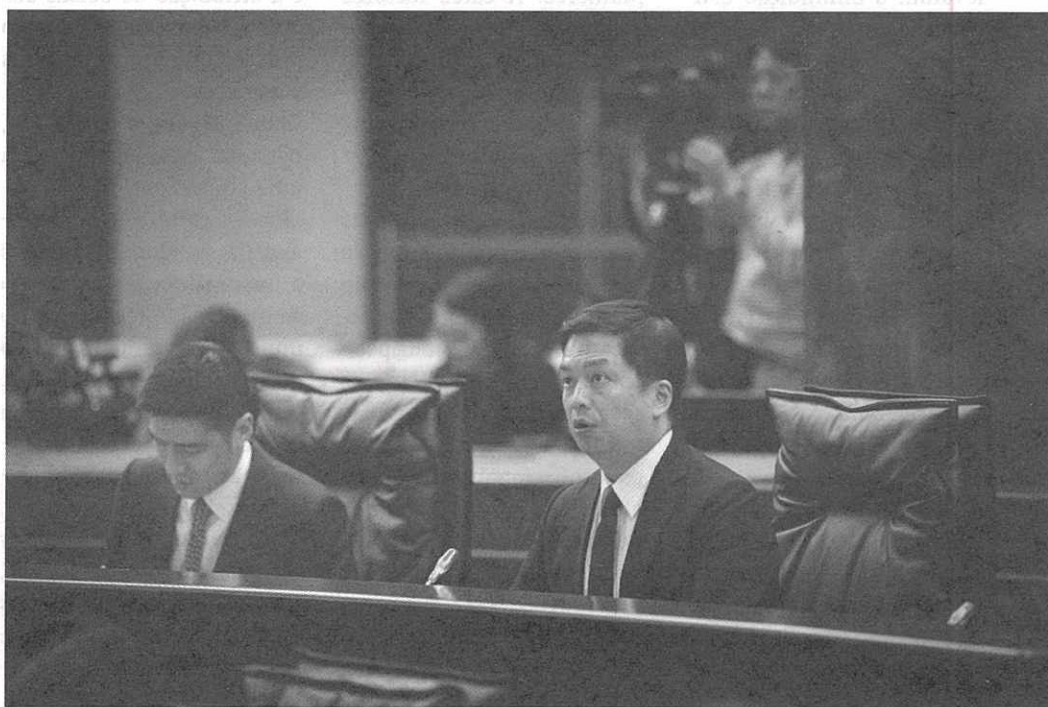
As garantias de Sónia Chan não foram suficientes para descansar José Pereira Coutinho, único deputado que se absteve na votação, e que usou a quase totalidade dos seus 30 minutos para criticar a proposta de lei ontem apresentada no hemiciclo. “Não encontrei nada na Lei Básica que permita discriminar juízes pela sua nacionalidade”, atirou o parlamentar. Ng Kuok Cheong disse não ter conhecimento de nenhuma “instrução do Governo Central” para a criação des-

ta condição e quis saber se esta medida veio de Pequim, pergunta à qual não obteve resposta por parte da secretária. “Porque é que há tanta falta de confiança em relação aos juízes que não são de nacionalidade chinesa?”, atirou o pró-democrata. Já Au Kam San foi mais longe e afirmou tratar-se de uma “discriminação” em relação aos magistrados não-chineses. Em defesa da condição de nacionalidade chinesa saiu Ho Ion Sang que disse não ver no articulado “desrespeito, discriminação ou injustiça”. Pelo contrário, “há uma grande legitimidade para tal previsão”, defendeu o deputado. Chan Wa Keong, por sua vez, questionou “como é que um juiz estrangeiro vai decidir se [um arguido] traiu a pátria se a pátria dele não é a mesma?”. “Não acredito que haja discriminação porque os juízes portugueses já estão em Macau há muito tempo e nós confiamos neles”, afirmou. “Em Hong Kong nem há uma lei relativa à defesa do Estado. Se nós já temos esta lei, então vamos continuar e inserir esta medida na proposta de lei”, acrescentou Chan Wa Keong.

QUESTÃO DO RECURSO RESOLVIDA, À EXCEÇÃO DO CHEFE DO EXECUTIVO

A proposta de lei vem resolver a questão do recurso dos titulares dos principais cargos

políticos, que passam a ser julgados primeiro no Tribunal de Segunda Instância, à exceção do Chefe do Executivo, que continua a ser julgado apenas pelo Tribunal de Última Instância. “Entendemos que já resolvemos a maioria dos problemas em relação ao recurso e é um grande avanço mas, tendo em conta o estatuto do Chefe do Executivo, pretendemos manter o julgamento em primeira instância no Tribunal de Última Instância”, justificou Sónia Chan. Novamente, a explicação da secretária não agradou a Coutinho, que argumentou que o Chefe do Executivo é, “em primeiro lugar, um ser humano e como ser humano e cidadão não é justo e legal” não lhe atribuir direito ao recurso. Com a revisão à LBOJ é aumentado o número de juízes presidentes do tribunal colectivo dos actuais oito para 12, e também o número de juízes do TSI, de nove para 13. No Ministério Público propõe-se a criação de 12 lugares para delegados coordenadores – nova figura criada com a proposta de lei – e a eliminação de um dos 14 procuradores-adjuntos. Com a alteração legislativa pretende-se que apenas os juízes de nomeação definitiva possam ser nomeados como presidentes dos tribunais de primeira e segunda instância. Ontem foram também aprovadas na especialidade e por unanimidade as alterações ao regime de segurança social. Os deputados chumbaram ainda uma proposta de debate apresentada por José Pereira Coutinho, que tinha o intuito de discutir o aumento das multas por estacionamento ilegal e a falta de lugares de estacionamento.



EDUARDO MARTINS

Lam Lon Wai pede solução para galgos, funcionários e terreno do Canídro

YAT YUEN

Lam Lon Wai usou o período de intervenções antes da ordem do dia da sessão plenária de ontem para exigir uma solução para os galgos, funcionários e terreno do Canídro. Com o objectivo de garantir que seja dado “um bom destino” aos cerca de 600 cães que ainda permanecem nas instalações da Yat Yuen, o deputado pede que o processo de adopção seja simplificado, com a colaboração do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM), que as formalidades alfandegárias sejam facilitadas e que haja uma mediação entre as organizações não-governamentais e a

Companhia de Corridas de Galgos de Macau. O deputado afirma que a empresa deve divulgar, “quanto antes”, o plano relativo aos direitos e benefícios dos trabalhadores. Isto porque, defende Lam Lon Wai, os funcionários “não vão encontrar emprego semelhante” após o encerramento do Canídro, no próximo dia 21. “A companhia deve negociar, quanto antes, com os trabalhadores, por forma a decidir se vão ter de terminar a relação de trabalho ou se vão ser transferidos para outros postos de trabalho da empresa, para que estes se preparem”, aponta o legislador. No que diz respeito ao terreno, o deputado afirma que o Governo deve ouvir a população e definir a sua utilidade, promovendo os procedimentos para a sua reutilização e apresentando as plantas de condições urbanísticas ao Conselho de Planeamento Urbanístico. Lam Lon Wai diz ainda que, de acordo com as Obras Públicas, o estudo sobre o aproveitamento do terreno foi adjudicado em Abril do ano passado e estaria concluído no segundo trimestre deste ano. “Porém, o segundo trimestre já se foi. Qual é o ponto de situação desse estudo?”, questionou. C.V.N.